

Instituto de Economia Industrial

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 41
DA FILOSOFIA CLÁSSICA ALEMÃ À
CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA:
Notas sobre o percurso teóri-
co de MARX.

Aloisio Teixeira

Janeiro, 1984

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

DA FILOSOFIA CLÁSSICA ALEMÃ À
CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA:
Notas sobre o percurso teórico de Marx.

430035457



Aloisio Teixeira
Janeiro, 1984

PONTO DE PARTIDA

Todos hão de conhecer célebre conto de Machado de Assis, no qual um pai extremado dá a seu filho, na noite em que este come mora seus 21 anos, conselhos para a vida. Ressaltando que o seu de sejo de pai é ver o filho "grande e ilustre, ou pelo menos notá vel", posto "acima da obscuridade comum", indica-lhe aquele ofício que lhe parecia "mais útil e cabido" que nenhum outro — "o de medalhão". E inicia o seu receituário para o sucesso: "Uma vez entra do na carreira, deves pôr todo o cuidado nas idéias que houveres de nutrir para uso alheio e próprio. O melhor será não as ter absolutamente", pois "pode-se, com violência, abafá-las, escondê-las a té a morte, mas nem essa habilidade é comum, nem tão constante es forço conviria ao exercício da vida". Não satisfeito, vai o pai desvelado a explicações mais detalhadas: "As idéias são de sua natureza espontâneas e súbitas; por mais que as sofreemos, elas irrompem e precipitam-se. Daí a certeza com que o vulgo, cujo faro é extremamente delicado, distingue o medalhão completo do medalhão incompleto".

Para preencher satisfatoriamente este requisito de não possuir absolutamente idéias, ensina ao filho um regime debilitante, que consiste em ler certos livros, ouvir certos discursos, evi tar a solidão ("porque a solidão é oficina de idéias, e o espírito deixado a si mesmo, embora no meio da multidão, pode adquirir uma tal ou qual atividade"), empregar frases feitas (que "têm a vanta gem de não obrigar os outros a um esforço inútil"). Quanto aos cha mados "processos modernos", diz o pai já inflamado: "Condeno a a plicação, louvo a denominação. O mesmo direi de toda a recente terminologia científica; deves decorá-la (...). De outiva, com o tem po, irás sabendo a que leis, casos e fenômenos responde toda essa terminologia; porque o método de interrogar os próprios mestres e oficiais da ciência, nos seus livros, estudos e memórias, além de tédioso e cansativo traz o perigo de inocular idéias novas, e é ra dicalmente falso"¹. E por aí vai o pai em seu esforço de propiciar

1. MACHADO DE ASSIS, "A Teoria do Medalhão"; as passagens citadas foram colhidas na edição Jackson das obras completas do autor, vol.12, Papéis Avulsos, pp. 101 a 115.

ao filho os ensinamentos que o tornem um verdadeiro medalhão.

Com o marxismo parece ter ocorrido algo semelhante ao que se passa em "A Teoria do Medalhão". Algum pai desvelado (ou talvez vários) tem se esforçado por mantê-lo congelado em formulações apropriadas ao século XIX, no máximo ao início deste século, e desentendendo a realidade das transformações ocorridas nos últimos cinquenta anos. Que esta tenha sido a norma ao longo de décadas de letargia staliniana — quando, inclusive, o pai desvelado tinha nome e sobrenome mundialmente conhecidos — é fato de todos sabido. Mas que esta prática ainda hoje sobreviva nos arraiais do marxismo ortodoxo, após dezenas de anos de "desestalinização" e de todo o esforço real de superação daquela fase, é não apenas estranho e ex temporâneo, como contraditório com os próprios interesses que tais correntes de pensamento pretendem representar.

É, no entanto, neste espírito de "medalhão" que se encontra o caldo de cultura onde buscam argumentos os intelectuais que pretendem demonstrar a morte intelectual de Marx.² Este esforço, contudo — que já não apresenta nada de original —, pela paixão que desperta entre críticos e defensores, vem apenas reforçar a idéia de que talvez não haja maior prova da vitalidade do pensamento de Marx do que o caráter apaixonado que assumem os debates em torno a sua obra. E o debate no interior da academia, a este respeito, nada perde em calor para aquele que se trava entre as correntes políticas, visando objetivos mais "práticos".

Nada é mais estranho à obra de Marx do que o espírito da "Teoria do Medalhão", porque a sua natureza básica, qualquer que seja o aspecto em que se possa examiná-la, é o de uma heresia — que implica uma rejeição, no plano da teoria, das "verdades estabeleci

2. Para ficarmos em apenas dois exemplos recentes e próximos, basta a referência a TOLIPAN, R., Brevíssimas Considerações sobre o Método de Marx, Texto para Discussão nº 32, outubro de 1983, IEI/UF RJ (trabalho apresentado ao VII Encontro Anual da ANPOCS) e MONTEIRO DE CASTRO, M.H., "Valor e Marxismo", Boletim do IERJ nº 26, agosto-outubro 1983. De um outro ponto de vista, muito menos preocupado com a "morte" de Marx do que com sua rigorosa interpretação crítica, temos CARDIM DE CARVALHO, F., "Marx e a crítica à economia política dos anos 80", Boletim do IERJ nº 25, maio-julho de 1983.

das", e uma ação transformadora no plano da sociedade. Engels sintetizou estes dois pontos, ao discursar no enterro de Marx, quando afirmou que "Marx era, antes de tudo, um revolucionário"³. E com isto queria destacar não apenas sua participação nos movimentos sociais da época, mas também, e principalmente, sua atitude diante da ciência. Em outra passagem, talvez, isto ainda fique mais claro ao afirmar Engels que Marx via problemas onde outros viam soluções.⁴

O fato é que estamos diante de uma dificuldade que consiste em rejeitar a dupla (e contraditória) tentação de entronizar Marx como o pai, ou de "matá-lo". Em ambas estaríamos sob o domínio do Édipo e não da ciência. Mas o caminho da ciência é muito mais árduo, pressupondo um esforço por refazer o percurso teórico de Marx, defrontar-se com os obstáculos com que ele se defrontou, tentar resolvê-los e poder assim distinguir o Marx determinista, evolucionista e naturalista — o Marx que é produto da ciência de sua época — do Marx que rompe com essa ciência e a supera, realizando uma análise do movimento do capital e da sociedade burguesa que, em seus delineamentos básicos, tem muito a dizer até hoje — 100 anos passados de sua morte.

Este texto não vai tão longe em sua pretensão. Seu objetivo é tão somente inserir-se na polêmica que os economistas em geral travam quando examinam a obra de Marx e que diz respeito aos aspectos de oposição e continuação em relação à economia política clássica, em especial a Ricardo. Neste passo, no mais das vezes o que se destaca é o sentido de continuidade, aparecendo Marx ora como o último e o mais conseqüente dos economistas clássicos, ora simplesmente como "um pós-ricardiano menor"⁵. Disto tratará a se

3. ENGELS, F.: "Discurso diante da sepultura de Marx", in MARX K. e ENGELS, F., Textos 2, Edições Sociais, SP, 1976.

4. ENGELS, F.: "Prefácio" ao Livro 2 de O Capital, Editora Civilização Brasileira, RJ, 1970. A passagem se refere à posição de Marx face aos economistas clássicos e a citação exata é: "Onde estes tinham visto uma solução, via ele apenas um problema" (p.16).

5. SAMUELSON, P.: "Marxian Economics as economics", American Economic Review, vol. 57, pp.616/623. No primeiro caso, teríamos DOBB, M.: "Requisitos para uma teoria do valor", in Economia Política e Capitalismo, Edições Graal, RJ, 1978. A indicação para estas referências está em BELUZZO, L.G.M., Valor e Capitalismo — Um Ensaio sobre a Economia Política, Editora Brasiliense, SP, 1980.

gunda parte. Mas para lá chegarmos será preciso considerar — coisa que os economistas em geral não o fazem — a trajetória de Marx pelos tortuosos caminhos da filosofia clássica alemã. É o que faremos na primeira parte. Ao final, as inevitáveis conclusões.

TRAVESSIA: A CRÍTICA DA FILOSOFIA ESPECULATIVA

Um dos pontos problemáticos — não o único nem certamente dos menores — que a herança de Althusser nos legou, quanto à interpretação da obra de Marx, diz respeito à noção de "corte epistemológico". Segundo esta visão, haveria um sentido de mudança nos escritos de Marx, com uma nítida cesura, que se completa ao final dos anos 40, e que separaria o Marx "pré-marxista" do Marx propriamente "marxista". A nosso ver, não existiram apenas dois Marx, mas diversos, que se fazem presentes em todos os momentos de sua obra, em conflito potencial ou latente uns com os outros⁶. Muitas das preocupações que viriam a afligir o Marx "maduro" já estavam presentes em sua obra da juventude, algumas das quais formuladas com uma precisão e rigor científico que não são recuperados mais tarde. E alguns dos problemas fundamentais para a análise científica do capital não estavam ainda resolvidos, nem mesmo no início dos anos 50, quando, de um ponto de vista althusseriano, já estaria realizado o "corte epistemológico". E a convivência de uma visão "pré-marxista" (no sentido de permanência de um forte vínculo orgânico com o modo de pensar, científico e filosófico, da época) com a visão "marxista" — ou seja, a que supera e reorganiza o pensamento da época, incorporando definitivamente temas e problemas, e influenciando gerações e gerações de pensadores — perpassa toda a sua obra, da juventude à maturidade. Como também é recorrente a tentativa de unificar o elemento moral, presente na crítica da sociedade burguesa, com o elemento científico da análise e da historicidade desta sociedade, que decorre do estudo rigoroso do fenômeno do capital.

Recuperar, em suas linhas essenciais, o percurso teórico de Marx até 1848 — quando se considera que esteja completo o seu instrumental teórico de análise do capitalismo — inclusive para

6. A idéia foi-me sugerida por Leandro Konder.

mostrar que não estava — é um momento necessário para mostrar que este é um percurso inacabado, cuja característica é uma seqüência de ajustes de contas no plano teórico, que Marx é obrigado a fazer para se desembaraçar da canga que lhe impunha o pensamento dominante e poder ver mais além que a simples figuração de formas e aparências⁷. Neste sentido, pode-se destacar um primeiro ajuste de contas, no plano filosófico, que se completa com A Ideologia Alemã. Este primeiro movimento se alimenta e se torna possível com a introdução de uma postura nova, por parte de Marx, ante os fenômenos sociais e políticos da época, e com o estudo dos grandes historiadores e autores socialistas franceses; o que implica portanto um ajuste de contas político. A partir daí, coloca-se questão do ajuste de contas com a teoria econômica que é, simultaneamente, o ajuste de contas com o capital e com a sociedade burguesa; este último movimento só se completa com O Capital.⁸

A questão assim a discutir reside em saber através de quais processos, Marx rompe com o ambiente intelectual do qual é pródigo e ator. Este ambiente é influenciado, desde sua infância, pela tradição liberal de sua família, pelos ecos da Revolução Francesa, que encontram em seu pai ardente admirador, pelo conhecimento, pelo menos desde 1837, através de seu sogro, dos grandes nomes da literatura universal (como Homero e Shakespeare) e da obra dos socialistas utópicos franceses (Fourier e Saint-Simon), pelo grande humanismo da literatura alemã, de Goethe e Schiller, e principalmente por Hegel. Marx fez parte do grupo dos jovens hegelianos, os quais se sentiam atraídos pela obra do grande filósofo por seu aspecto prometéico, que aproxima os homens dos deuses através do conhecimento. A soberania da razão, a unidade entre a matéria e o espírito, a possibilidade de penetrar e dominar o real eram os aspectos do método de Hegel que consideravam a própria essência do

7. Não há porque não se aplicar a Marx a célebre frase de Keynes, segundo a qual "a dificuldade não reside nas novas idéias, mas em se libertar das antigas". KEYNES, J.M.: Treatise on Probability, The Collected Writings of John Maynard Keynes, vol.VIII, publicado por The Royal Economic Society, Macmillan/Cambridge University Press.

8. Os parágrafos seguintes levam em conta, além das passagens da obra de Marx, sempre referidas, os excelentes trabalhos de CORNU, A., Marx et Engels (Presses Universitaires de France) e de BOTTIGELI, E., Gênese du Socialisme Scientifique (Éditions Sociales).

seu pensamento, em contraposição à "direita" hegeliana, que valoriza o seu sistema, consagrador da ordem burguesa.

O próprio movimento da sociedade real (burguesa), no entanto, levaria a romper, a partir de dentro, as estruturas do edifício hegeliano. Para isso, contribuíram decisivamente duas obras importantes no panorama intelectual alemão da primeira metade do século XIX: A Vida de Jesus de Strauz, em 1835, e A Essência do Cristianismo de Feuerbach, em 1841. O livro de Strauz é responsável por um deslocamento dos "hegelianos de esquerda" em direção ao ateísmo, ao mesmo tempo em que o hegelianismo deixava de significar para eles uma análise do real, passando a se constituir em programa, sob a consigna da "realização da filosofia". Estas idéias, que vão impregnar profundamente a tese de doutoramento de Marx, já implicam de fato uma rutura com a ordem burguesa: a obra de Hegel deixa de ter como referência o real — que a nega — mas o desejado.

O conjunto da obra de Feuerbach, com A Essência do Cristianismo (publicado meses após a defesa de tese de Marx), as Teses Provisórias para a Reforma da Filosofia (1842) e Os Princípios da Filosofia do Futuro (1843), tem um impacto maior ainda. Seus trabalhos mostram a incompatibilidade entre filosofia e religião, razão e fé, sendo sua idéia mestra o conceito de alienação.⁹ Só que, diferentemente de Hegel, para quem o homem é a alienação de Deus (no sentido de uma criatura que se torna independente de seu criador), agora é Deus quem aparece como a alienação do homem (como uma criação do homem que se autonomiza). Feuerbach inverte o sistema de Hegel e onde aparece espírito ele introduz matéria; onde está Deus ele coloca homem. Para ele, "o caminho seguido até aqui pela filosofia especulativa, do abstrato ao concreto, do ideal ao real, é um caminho de contra-senso. O ser, pelo qual a filosofia começa, não pode ser separado da consciência nem da consciência do ser".¹⁰

9. Ver KONDER, L.: Marxismo e Alienação, Editora Civilização Brasileira, RJ, 1965.

10. FEUERBACH, L.: Theses Provisiores, Teses 33 e 37; citado de acordo com GARAUDY, R.: Karl Marx, p. 23, Zahar Editores, RJ, 1967.

O efeito desta inversão sobre os jovens hegelianos, particularmente Bruno Bauer e Marx, é devastador. Para eles, até então, Hegel era o oposto da religião. Feuerbach mostra que Hegel apenas decifra dialeticamente a religião. Diz Feuerbach "se não se abandona a filosofia de Hegel, não se abandona a teologia"¹¹. Os trabalhos de Marx nos anos de 1842 e 1843 estão fortemente influenciados pelo pensamento de Feuerbach, ou, mais propriamente, por suas as categorias. Marx, no entanto, nunca foi um verdadeiro adepto de Feuerbach, como se depreende desta carta que escreveu a Ruge: "O único ponto no qual me afasto de Feuerbach é que ele dá, em minha opinião, excessiva importância à natureza e não dá bastante à política. Ora, não é senão se aliando à política que a filosofia atual pode se realizar plenamente"¹². Para Feuerbach, o homem é produto da natureza (e não da sociedade); para Marx, não (embora neste momento ainda não tenha formulado o seu próprio pensamento com suficiente clareza).

A rutura de Marx com os hegelianos de esquerda se dá em 1843, a partir do momento em que estes, sob a influência de Feuerbach, formulam uma concepção de comunismo onde a questão fundamental é a libertação do homem da alienação religiosa. A Questão Judia, publicada em 1844, expressa este rompimento ao afirmar que "só quando o homem tenha reconhecido e organizado suas forças propres como forças sociais e quando, portanto, já não separe de si a força social sob a forma de força política, só então se realiza a emancipação humana"¹³. No intervalo, três acontecimentos, todos verificados ao longo de 1843, iriam contribuir para esta rutura, marcando um momento decisivo na evolução do pensamento de Marx: a passagem pela Gazeta do Reno; a transferência para Paris; a experiência com os Anais Franco-Alemães e a participação política.

É no ano de 1843, também, que o proletariado faz sua entrada em cena na obra de Marx. A preparação para isso passa pelo reconhecimento de que "a arma da crítica não pode substituir a crítica das Armas, que a força material tem que ser derrotada

11. Idem, Tese 52 (GARAUDY, R.: op. cit, p. 24).

12. MARX, K.: Carta a Ruge de 13.03.1843; citada em GARAUDY, R, op.cit., p.27.

13. MARX, K.: "Sobre la cuestión judía", in MARX, K. e ENGELS, F., La Sagrada y Otros Escritos, p. 38; Juan Grijalbo Editor, México, 1960.

pela força material; mas a teoria transforma-se, ela também, em força material tão logo se apodere das massas"¹⁴. E o ator político capaz de se deixar penetrar pela teoria da mudança social é o proletariado. "Quando o proletariado reclama a negação da propriedade privada, não faz senão estabelecer como princípio da sociedade o que a sociedade estabeleceu com princípio do proletariado"¹⁵.

Esta descoberta de Marx não está desligada de sua própria atividade prática, enquanto jornalista, como ele próprio o reconheceu, anos mais tarde¹⁶. Mas, se a atividade jornalística leva Marx a conhecer de perto os problemas da organização do Estado, é a atividade política que o leva a conhecê-la por dentro, sob a forma universal da repressão. A imigração se impõe. Paris, no entanto, renova e amplia o campo teórico de Marx. Antes de mais nada, pelo contato com os historiadores da Restauração (Thierry, Mignet, Thiers, Guizot), cuja obra está impregnada pela noção de luta de classes, e com os pensadores socialistas (Proudhon e Blanqui, Louis Blanc, Heine, Bakunin), através dos quais toma conhecimento das idéias "reformistas" e "conspirativas" do movimento operário. Mas principalmente através do contato com os economistas clássicos, como os franceses Say e Boisguillebert, e os ingleses Smith, Ricardo e Mill (estes através de traduções em língua francesa). Em Paris, portanto, se completa a convergência do que Lênin chamaria as três fontes e as três partes integrantes do marxismo.

Os Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844 resumem esta fase na evolução do pensamento de Marx. Em particular, seus estudos de economia política levam-no a perceber, pela primeira vez, o papel central que ocupa a categoria trabalho. Seu entendimento da questão, no entanto, ainda é turvo e, ao empreender pela primeira vez uma tentativa de crítica simultânea à filosofia de Hegel e à economia clássica, toma por base o conceito de alienação, ao qual vincula o trabalho nas condições sociais vigentes. "O único trabalho que Hegel conhece e reconhece é o abstrato", e não a prática real dos homens. "Hegel se coloca do ponto de vista da economia política moderna. Concebe o trabalho como a essência do homem ...; ele só vê o lado positivo do trabalho, não seu lado negativo. O trabalho é o vir-a-ser para si do homem no interior

14. MARX, K.: "Entorno a la crítica de la filosofía del derecho de Hegel, introducción", pp. 9/10; in MARX, F., op. cit.

15. Idem, p. 15.

da alienação ou como homem alienado".¹⁷

Os Manuscritos ..., no entanto, levam a um impasse, pois Marx ainda está, ao menos parcialmente, prisioneiro da filosofia especulativa. A revolução social aparece como resultado de uma dupla determinação: a contradição entre realidade burguesa e a verdadeira essência humana (fundamento especulativo) e o desenvolvimento da propriedade privada (fundamento histórico e científico). O passo, no entanto, está dado. E com A Sagrada Família (1845), Marx (e Engels) realiza o ajuste de contas com os jovens hegelianos. "As idéias não podem levar além de um antigo estado de coisas; elas só podem levar além idéias do antigo estado de coisas. De fato, as idéias nada podem realizar. Para realizar as idéias é preciso homens que ponham em jogo uma força prática".¹⁸ A conclusão se impõe: "A crítica não cria nada; o operário cria tudo ... O operário cria até mesmo o próprio homem".¹⁹

A rutura definitiva, no entanto, só virá com A Ideologia Alemã (1846), onde já não se trata de uma disputa interna entre os sucessores de Hegel, mas de um acerto de contas com as concepções filosóficas anteriores em seu conjunto. Na verdade, todas as idéias básicas do que se convencionou chamar de "marxismo" estão formuladas, em sua versão original, em A Ideologia Alemã: a relação entre o ser e a consciência, as relações entre forças produtivas e relações de produção, o papel central do trabalho, a definição das classes sociais, os diferentes estágios da história da humanidade. Aqui se completa, portanto, para usar uma formulação conhecida, a rejeição do sistema hegeliano e a inversão do método hegeliano.²⁰

A partir de então, aprofundar o estudo e apreender a sociedade capitalista em seus fundamentos exigirá a crítica da econo

17. MARX, K.: Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844, p. 44; Editora Abril, Série "Os Pensadores", vol. XXXV, SP, 1974. Posteriormente, ao superar o conceito especulativo de trabalho abstrato e formulá-lo como a substância comum de todas as manifestações concretas de trabalho, Marx viria a criticar a economia clássica por só reconhecer o trabalho em sua manifestação de trabalho concreto. Uma idéia semelhante, ainda que em marco teórico distinto, encontra-se em GARAUDY, R.; op. cit.

18. MARX, K.: A Sagrada Família; Editorial Presença, Lisboa, 1974.

19. Idem, pp. 28/29.

20. GARAUDY, R.: op. cit.. Ver MARX, K. e ENGELS, F.: A Ideologia Alemã, Editorial Presença, Lisboa, 1974.

mia política, esboçada em diversos trabalhos posteriores²¹, mas só completada, de fato, em O Capital. Uma carta de Marx a Klings, operário da Solingen e dirigente da Associação Geral dos Trabalhadores (fundada por Lassalle em 1863) dá idéia da consciência com que Marx empreendeu este novo momento em sua atividade: "Espero... desfechar sobre a burguesia, no plano teórico, um golpe do qual ela não se recuperará jamais".²²

OBJETIVO: O CAPITAL

Já dissemos, em passagem anterior, que na virada dos anos 50, Marx ainda não resolvera problemas importantes para a análise do capital. O próprio Engels reconhece este fato ao afirmar que "por volta de 1850, Marx ainda não tinha concluído sua crítica à economia política. Ele somente o fez no fim da década de 50. Seus trabalhos aparecidos anteriormente no primeiro fascículo de Contribuição à Crítica da Economia Política (1859) também diferem em certos pontos do que escreveu a partir de 1859. Contêm expressões e frases inteiras que, em comparação às obras posteriores, aparecem como inexatas e até mesmo incorretas".²³

Dois pelo menos, destes problemas não resolvidos, viriam a ser decisivos para a elucidação teórica do movimento do capital: a questão do trabalho e a questão do dinheiro. A questão do trabalho pode ser vista sob diversos ângulos. Um deles, no qual ainda aparece como prisioneira de uma problemática estritamente ricardiana, diz respeito à confusão entre valor do trabalho e valor da força de trabalho. Sob este ângulo, a questão pode ser resumida como o fez o próprio Marx: "se o valor de troca de um produto é igual ao tempo de trabalho contido nele, o valor de troca de um dia de trabalho é igual a seu produto. Ou então o salário tem que ser igual ao produto do trabalho. No entanto, acontece o contrário. Ergo. Esta objeção se resolve no problema: como chega a produção, baseada na determinação do valor de troca meramente pelo

21. A Miséria da Filosofia e Contribuição à Crítica da Economia Política.

22. MARX, K.: Carta a Klings de 04.10.1864.

23. ENGELS, F.: "Introdução" a MARX, K.: Trabalho Assalariado e Capital, in MARX K. e ENGELS, F., Textos vol. 3, p. 52, Edições Sociais, SP, 1977.

tempo de trabalho, o resultado de que o valor de troca do trabalho é inferior ao valor de troca do seu produto? Este problema nós o resolvemos na consideração do capital".²⁴ Em seus primeiros trabalhos teóricos em economia política, no entanto, como na versão original de Trabalho Assalariado e Capital 1849, a questão ainda não estava resolvida e a confusão ricardiana se fez presente. Ao republicar este texto, depois da morte de Marx, Engels substituiu a palavra "trabalho" por "força de trabalho", crendo assim resolver o problema.

O outro aspecto em que a questão do trabalho se apresenta reside na demonstração definitiva de seu duplo caráter — como trabalho abstrato e como trabalho concreto. Esta questão só será definitivamente solucionada em O Capital. Mesmo na Contribuição à Crítica ..., Marx chega apenas a observar "a diferença entre o trabalho enquanto resulta em valores de uso e o trabalho enquanto resulta em valores de troca"²⁵, sem dar a esta diferença o destaque que lhe daria em O Capital. Anos mais tarde, no entanto, Marx poderá dizer, em carta a Engels, que "o que há de melhor em meu livro é: 1) (e é nisto que reside todo o entendimento dos fatos), o destaque conferido, desde o primeiro capítulo, ao duplo caráter do trabalho, conforme se exprima em valor de uso ou em valor de troca; 2) a análise da mais valia, independentemente de suas formas particulares: lucro, juro, renda da terra etc."²⁶ A importância emprestada ao duplo caráter do trabalho, em O Capital, tem significado decisivo, pois é aí que reside um dos traços distintivos do sistema teórico de Marx, que nos permite afirmar que a teoria do valor trabalho de Marx não é o prolongamento das teorias de seus antecessores, e sim algo radicalmente novo.²⁷

O segundo problema não resolvido é relativo à questão do dinheiro e sobre ele nos deteremos mais demoradamente. Duas razões nos levam a esta escolha, nos limites deste texto: o primeiro é que

24. MARX, K.: Para a Crítica da Economia Política, pp. 167-8, Editora Abril, Série "Os Pensadores", vol. XXXV, SP, 1974.

25. Idem, p. 143.

26. MARX, K.: Carta a Engels de 24.08.1867

27. Este aspecto da distinção entre Marx e seus predecessores está suficientemente desenvolvido em BELLUZZO, L.G.M., Valor e Capitalismo, (Ed. Brasiliense, SP, 1980), com cujas linhas gerais concordo.

se trata de um ponto pouco explorado pelos exegetas, críticos e seguidores de Marx, que parecem acreditar que Marx também trata o dinheiro como um simples "véu monetário"; a segunda é que, a nosso ver, ao tirar todas as consequências de sua percepção da economia capitalista como uma economia necessariamente monetária, e que reside a diferença fundamental entre Marx, por um lado, e seus antecessores e sucessores (com a única exceção de Keynes), por outro.

O ponto de partida de Marx, quando a questão apareceu pela primeira vez em sua obra, coincide com o ponto de chegada de Ricardo, como se depreende desta passagem da Miséria da Filosofia (1847): "Enquanto se observe uma certa proporção entre as necessidades de circulação e a quantidade de moeda emitida, seja em papel, em ouro, em platina ou em cobre, não se pode colocar a questão de observar uma proporção entre o valor intrínseco (o custo de produção) e o valor nominal do dinheiro (...) Ricardo compreendeu tão bem esta verdade que, depois de haver baseado todo seu sistema no valor determinado pelo tempo de trabalho e depois de haver dito que 'o ouro e a prata, como todas as outras mercadorias, somente tem valor na proporção da quantidade de trabalho necessário para a sua produção e colocação no mercado', acrescenta, no entanto, que o valor do dinheiro não se determina pelo tempo de trabalho cristalizado em sua matéria, mas apenas pela lei da oferta e da procura".²⁸

Na verdade, em toda a seção intitulada "A moeda" de sua polêmica com Proudhon, Marx expõe uma concepção quantitativa do dinheiro, criticando-o por supor que o valor do dinheiro também deveria ser determinado pelos custos de produção. Assim é quando postula que "de todas as mercadorias, precisamente o ouro e a prata são, como dinheiro, as únicas que não se determinam por seu custo de produção, e isto é tão certo que na circulação pode ser substituídos pelo papel".²⁹ Ou quando afirma que "o ouro e a prata são cambiáveis, porque têm a função particular de servir como meio universal de troca e, de modo algum, porque existem em uma quantidade proporcional ao conjunto de riquezas; melhor dito, são sempre proporcionais por serem as únicas mercadorias que servem de dinheiro, de meio universal de troca, qualquer que seja sua quantidade em re

28. MARX, K., Miseria de la Filosofia, pp. 67/68, Siglo XXI Argentina Editores, Buenos Aires, 1974.

29. Idem, p.67.

relação a... unto de riquezas".³⁰ Ou ainda quando apela para a autoridade do próprio Ricardo, que cita textualmente: "O dinheiro em circulação jamais pode ser tão abundante que se torne excessivo, pois ao diminuir seu valor, na mesma proporção aumenta sua quantidade, e, ao aumentar seu valor, diminui sua quantidade".³¹

O Marx de 1847, portanto, ainda possuía uma concepção quantitativista do dinheiro, imaginando que seu valor seria determinado por sua escassez relativa e pelo ajustamento entre os movimentos da oferta e da demanda.³² Para entendermos o significado exato desta concepção e a importância de sua superação, devemos nos deter mais detalhadamente no modo como foi ela incorporada ao pensamento clássico. Antes de mais nada, há que destacar que o interesse primevo na questão da moeda (bem como em diversos problemas de economia política) parte de pensadores da área da filosofia política, tanto na Inglaterra quanto em França, alguns dos quais viariam a integrar a escola de pensamento econômico conhecida como mercantilismo. Entre estes, destacam-se Jean Bodin, Locke, Richard Cantillon e Hume, num espaço de tempo que vai do século XVI ao século XVIII, e que corresponde ao período de surgimento e ascensão do capital mercantil.

É exatamente este contexto histórico que cria fortes motivações para a reflexão na área dos fatos econômicos, a moeda em particular. Parafaseando Marx, a riqueza, na concepção política do mercantilismo, "aparece como uma enorme acumulação de metais preciosos e o dinheiro isoladamente como seu modo de ser elementar". Ademais, estes séculos foram caracterizados por surtos periódicos de inflação. A tentação de atribuir os aumentos de preços ao aluxo e abundância de ouro e prata era irresistível, e a ela sucumbiram um a um os filósofos políticos do liberalismo. Jean Bodin em sua Réponse au Paradoxes de Monsieur de Malestroit (1566-1578) apontou a elevação da quantidade de moeda como a causa básica dos surtos inflacionários, podendo por isso ser considerado como o pai da moderna teoria quantitativa da moeda; Locke, em seu Consequences on the

30. Idem, p. 69.

31. Idem, ibidem. A referência é a RICARDO, D., des Principes de l'Economie Politique et de l'Impot, avec des notes par J.B. Say, Paris, 2^e édition, 1825, t. II, p. 205. Citado de acordo com a tradução brasileira da Editora Abril, p. 329.

32. Ver BRUNHOFF, S.: A Moeda em Marx, p. 30 e seq., Ed. Paz e Terra, RJ, 1978.

Lowering of Interest and Raising the Value of Money (1692) intui o conceito de velocidade de circulação da moeda; Cantillon, no Essai sur la Nature de Commerce en Général, de publicação póstuma (1755), mostrou que o impacto das variações da oferta monetária sobre os preços se dava através de alterações na demanda; e Hume, nos Political Discourses (1752) chegou à formulação mais precisa e acabada, com o instrumental analítico da época, da teoria quantitativa da moeda.³³

O significado, nos marcos do pensamento mercantilista (e liberal), da concepção quantitativa da moeda, adquire importância por derivação daquilo que constitui o cerne do debate em curso, principalmente na Inglaterra, no interior da filosofia política (ou filosofia moral, como era chamada, talvez mais apropriadamente).³⁴ E este diz respeito à essência da natureza humana e, com base nela, a natureza do Estado — ou o estado natural — na qual se funda. De Hobbes a Locke e a Hume, este é o tema central da discussão, o qual será explorado por diferentes e contraditórios modos de ver. Assim é, que, para Hobbes, a definição do estado natural corresponde de a um comportamento humano marcado pelo egoísmo, pela tendência ao conflito e à desagregação, o que impõe a presença coercitiva do Estado para a própria constituição da sociedade civil. É o Princípio que ordena a sociedade civil, e não o contrário.

Para Locke, ao contrário, o estado natural seria essencialmente bom, os conflitos não tendo a ver com a natureza humana, mas com as limitações da natureza física. E a presença do Estado se impõe, como consequência da organização da sociedade civil, pela necessidade de garantir sua permanência ordenada. Com Hume, este ponto de vista é levado ao seu limite, o fundamento da natureza humana sendo constituído pelo altruísmo, um sentimento que faz com que cada um trabalhe para o bem dos demais.

33. O papel de Hume como formulador da teoria quantitativa da moeda é reconhecido por autores diversos como Hicks e Friedman. A obra de Hume, na verdade, pode ser considerada como um momento de transição entre o pensamento mercantilista e a escola clássica, uma vez que apesar de suas análises da moeda e de suas recomendações para o comércio exterior, reconhece que "o homem e as mercadorias são a verdadeira força de uma comunidade" e não seus estoques de metais preciosos (op. cit.).

34. Ver NAPOLEONI, C.: Smith, Ricardo e Marx, Ed. Graal, RJ, 1978. Este autor desenvolve um ponto de vista semelhante ao aqui exposto.

Qualquer que seja, no entanto, o ponto de vista adotado sobre a essência da natureza humana, no aspecto que vai do egoísmo ao altruísmo, é o Estado — como fundador ou como mantenedor da ordem social — o locus analítico apropriado, no interior do qual se revelam e se resolvem as contradições e os conflitos. E a questão da moeda aparece como instrumento de poder essencial à regulação da vida econômica. Economia e política não constituem um mundo dual, mas esferas superpostas em que a política submete a economia.

O discurso da economia política clássica, inaugurado por Adam Smith, supera a dicotomia da filosofia política inglesa, ao aceitar o princípio do altruísmo como dominante em todas as esferas do comportamento humano, exceto uma, na qual prevalece o egoísmo e que diz respeito exatamente à obtenção de riquezas materiais. So que, nesta esfera, quando todos os indivíduos, cada um por si, exercitam o seu egoísmo, buscando o máximo de vantagens pessoais, proporcionam ao mesmo tempo o máximo de vantagens para todos. A condição — e nisto está fundada a necessidade do Estado — é que cada um, ao procurar realizar os seus interesses, não impeça os demais de realizarem os deles. Esta é a tese central da Teoria dos Sentimentos Morais (1759), ponto a partir do qual o estudo das relações econômicas se impõe como uma "tentativa sistemática de explicar de que modo, satisfeita a condição anterior, o livre desenvolvimento das forças individuais no terreno econômico dá lugar à constituição e ao desenvolvimento da sociedade econômica".³⁵ A Riqueza das Nações é o resultado deste empreendimento.

Com Smith, portanto, opera-se a separação entre o político e o econômico, e a contrapartida desta ruptura, em termos de teoria monetária, é a separação entre os aspectos "real" e "monetário" nas relações econômicas. A riqueza (capitalista) não se constituirá mais em acumulação de metais preciosos, mas de mercadorias, e é a análise desta que ocupará a economia política, agora posta como ramo autônomo da ciência.³⁶ O mundo das mercadorias é o mundo do real, espera na qual se colocam e se resolvem os problemas econômicos.

35. NAPOLEONI, C.: op. cit., p. 47.

36. Ver TOLIPAN, R.: op. cit.

cos; o mundo do dinheiro é o mundo das imagens — a moeda no jogo das relações econômicas desempenha o mero papel de facilitar o intercâmbio entre as mercadorias e de servir como unidade na qual elas expressam seu valor.

O approach à economia política de Ricardo é totalmente diverso, pois seus trabalhos serão desenvolvidos em época posterior, quando a solução ao problema do fundamento filosófico, apontada por Smith, já se encontra generalizada. No entanto, é com ele que a teoria da moeda encontra sua expressão mais nítida e contraditória. O paradoxo aparente está no modo como Ricardo concilia uma teoria do valor, com base no trabalho, com uma teoria do dinheiro no qual seu valor é determinado pela quantidade.

A solução para o paradoxo é dada nos marcos em que Ricardo concebe o dinheiro, como variável meramente passiva nas relações econômicas.³⁷ "Os produtos sempre são comprados com outros produtos ou com serviços. O dinheiro é apenas o meio pelo qual se efetua a troca".³⁸ Assim Ricardo é obrigado a apresentar uma dupla determinação para o valor da mercadoria-dinheiro. Enquanto mercadoria, seu valor é determinado na esfera da produção: "o ouro e a prata, como todas as outras mercadorias somente têm valor na proporção da quantidade de trabalho necessário para a sua produção e colocação no mercado".³⁹ Mas, enquanto dinheiro, seu valor é determinado na esfera da circulação: "a circulação não transborda jamais. Se é de ouro e de prata, todo aumento de sua quantidade se propagará através do mundo. Se é de papel, se difundirá somente no país no qual é emitida".⁴⁰ A moeda, uma vez lançada em circulação, dela fica prisioneira, não podendo escapar jamais.

É este conceito de moeda como exclusivo meio de troca e unidade de conta que constitui o cerne da teoria quantitativa da moeda. Ela penetra a obra de Smith, explicita-se claramente na obra de Ricardo e será aceita, de uma forma ou de outra, por todos

37. Ver BRUNHOFF, S.: La Oferta de Moneda e Crítica de un Concepto, Ed. Tiempo Contemporáneo, Buenos Aires, 1975.

38. RICARDO, D.: Princípios de Economia Política e Tributação, p. 198; Ed. Abril, Série "Os Economistas", SP, 1982.

39. Idem, p. 239.

40. RICARDO, D.: "The High Price of Bullion", p. 47; in SRAFFA, P. (ed.), The Works and Correspondence of David Ricardo, vol. III; Cambridge University Press.

os autores clássicos e neoclássicos. Mas é exatamente este conceito — contra o qual Marx se baterá (e posteriormente Keynes) — que falseia a representação do capitalismo, reduzindo-o a uma mera economia de troca. O interessante é que esta idéia, subtraída às mercantilistas, vai operar em contexto analítico radicalmente distinto, em que o dinheiro aparece despidido de sua configuração específica como objeto de acumulação e, portanto, como instrumento de poder.

A análise de Marx em O Capital é inteiramente outra. Antes de mais nada porque o objeto específico de sua investigação é o capital em geral, o que exige a unificação de dois momentos de sua pesquisa — desvelar a sociedade burguesa e revelar o movimento do capital. Ou, nos termos em que estavam postos desde os Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844, realizar a crítica simultânea da filosofia especulativa e da economia política, só que agora é o momento científico — a análise do capital — e não mais o filosófico ou antropológico — a crítica da moral burguesa — que subordina os demais. E nisto a reconceptuação do dinheiro, em termos únicos na história do pensamento econômico até então, desempenha papel importante.

O momento decisivo em que esta análise se dá é sem dúvida a Parte Quinta do Livro 3, em que Marx discute a "Divisão do lucro em juro e lucro de empresário" e "O capital produtor de juros".⁴¹ Começa ele aí com a constatação de que o dinheiro, na produção capitalista, adquire novo papel, o de servir como meio de gerar lucros, como capital potencial: "Dinheiro — considerado aqui expresso autônoma de certa soma de valor, exista ele em dinheiro ou em mercadorias — pode na produção capitalista transformar-se em capital, quando esse valor determinado se transforma em valor que acresce, que se expande (...). Por isso, além do valor de uso que possui como dinheiro, passa a ter outro valor de uso, isto é, o de funcionar como capital".⁴² É este valor de uso, adquirido no modo de produção capitalista já constituído, que lhe confere a possibilidade de tornar-se mercadoria. "Nessa qualidade de capital potencial, de meio de produzir lucro, torna-se mercadoria, mas mercadoria de gênero particular".⁴³

41. MARX, K.: O Capital, Livro 3, p. 389 e seg., Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1974

42. Idem, p. 392

43. Idem, ibidem.

Com este movimento, Marx funda logicamente as bases do moderno sistema de crédito. O dinheiro, como capital potencial, e nesta função tornado mercadoria, vai se tornar objeto de uma transação específica: "a forma empréstimo — peculiar dessa mercadoria, o capital na condição de mercadoria —, embora apareça noutras transações substituindo a venda, já resulta da particularidade de o capital patentear-se aí mercadoria ou de o dinheiro como capital tornar-se mercadoria".⁴⁴ A análise de Marx coloca de saída duas características peculiares que o dinheiro/crédito assume desde logo. A primeira é que esta transação implica não uma relação econômica, stricto sensu, mas uma relação de propriedade, uma relação jurídica, portanto. "O primeiro desembolso que transfere o capital das mãos do prestamista para as do prestatário é uma transação jurídica que nada tem a ver com o processo real de reprodução do capital, introduzindo-o apenas".⁴⁵ Sendo assim, é também uma relação política — se se entende a política como a esfera em que se resolvem as questões atinentes ao poder, não limitada a uma instância institucional específica, o governo — e pressupõe alguma forma de regulação, estatal ou privada, a partir do fracionamento da classe capitalista em capitalistas industriais e capitalistas financeiros. Em segundo lugar, há uma espécie de desdobramento da propriedade, enquanto dinheiro efetivo e enquanto dívida. "A soma de valor, dinheiro, é cedida sem contraprestação equivalente e restituída após certo prazo. O prestamista continua sendo proprietário do mesmo valor, embora este passe de suas mãos para as do prestatário".⁴⁶ Na verdade, a consistência e a funcionalidade do sistema de crédito repousam nesta duplicação da propriedade, existindo simultaneamente como posse de um poder de compra efetivo para uns e como direito de propriedade para outros.

A importância do crédito, no entanto, para o capitalista isoladamente considerado, está na contrafaça da importância do dinheiro como ponto de partida da produção e da circulação capitalista. "O dinheiro é em suma a forma em que (pondo-se de lado o crédito) tem de aparecer todo capital individual, a fim de transformar-se em capital produtivo; isto é consequência da natureza da produção capitalista, da produção de mercadorias em geral".⁴⁷ Esta

44. Idem, p. 395.

45. Idem, p. 402.

46. Idem, p. 407.

47. Idem, Livro 2, p. 383.

necessidade do dinheiro, concentrado nas mãos dos capitalistas, decorre por sua vez de duas razões básicas. Em primeiro lugar, porque "para movimentar a produção capitalista, é mister que capital sob a forma de dinheiro esteja sempre presente justamente para pagar os salários".⁴⁸ Mas também porque "a condição de capitalista implica na capacidade de dispor de meios para viver até que reflua a mais valia".⁴⁹

O sistema de crédito opera justamente para pôr à disposição da classe capitalista os meios necessários a suprir suas necessidades de dinheiro (capital e liquidez), até que o processo de produção e de circulação se complete. E o acesso ao crédito, por parte de cada capitalista individual, pode lhe conferir uma posição de vantagem sobre seus concorrentes, o que leva Marx a constatar que "o crédito e a concorrência são duas armas poderosas da centralização capitalista".⁵⁰ A primazia do dinheiro, como ponto de partida da circulação do capital, na verdade está posta desde o Livro 1, quando Marx faz a passagem da circulação da mercadoria (esquema M — D — M) ao esquema D — M — D'. E o fato de não ter desdobrado neste ponto sua análise do dinheiro e do crédito em sua forma especificamente capitalista não nos deve iludir quanto à verdadeira natureza de sua visão do problema. Isto se deve exclusivamente ao fato de que, por razões lógicas, impunha-se demonstrar as leis gerais do movimento do capital antes de apresentar suas leis particulares.

Mas se a questão está posta desde a Parte Segunda do Livro 1, como ponto de partida do circuito do capital, é porque a introdução do dinheiro na Parte Primeira de O Capital já permitia a Marx uma rutura radical com os autores que o precedem. Antes de mais nada, cabe destacar que a própria Parte Primeira se intitula "Mercadoria e Dinheiro", como que a querer afastar tanto o fetiche clássico de considerar a mercadoria independentemente de sua forma monetária, quanto a fetiche mercantilista de considerar o dinheiro desligado de suas relações com o mundo das mercadorias. A questão é posta em sua interiezza ao observar Marx que "o dinheiro é um cristal gerado necessariamente pelo processo de troca, e que serve,

48. Idem, p. 36.

49. Idem, p. 357.

50. Idem,

de fato, para equiparar os diferentes produtos do trabalho e, portanto, para convertê-los em mercadorias (...). Os produtos do trabalho se convertem em mercadorias no mesmo ritmo em que determinada mercadoria se transforma em dinheiro".⁵¹ A passagem não deixa margem a dúvidas sobre o pensamento de Marx: dinheiro e mercadoria se constituem mutua e simultaneamente, sendo o primeiro o elemento necessário para a conversão dos produtos do trabalho humano em mercadorias e ao mesmo tempo é ele próprio produto da circulação das mercadorias.

Marx, porém, vai mais além em sua análise do dinheiro nestes três primeiros capítulos — e a verdadeira distinção que o opõe aos economistas clássicos diz respeito ao papel central desempenhado pelo entesouramento. Esta a determinação do dinheiro — a terceira, após ter sido apresentado como medida dos valores e como meio de circulação — não é apenas desconhecida por Ricardo e pelos partidários da teoria quantitativa da moeda; ela tem sido subestimada pelos próprios exegetas de Marx, sendo muitas vezes apresentada como um meio técnico de ajustar os movimentos de oferta e demanda de dinheiro. Ora, mesmo quando se considera este aspecto, a questão assim está mal formulada, pois o que haveria a ressaltar é o fato de haver uma regulação pelo lado da demanda, tanto para suprir as necessidades da circulação como para dela retirar o dinheiro que adquire a forma de tesouro. "Para a quantidade de moeda em curso corresponder sempre as necessidades de esfera da circulação, é mister que a quantidade de ouro e prata existente num país exceda a absorvida na função da moeda. O dinheiro sob a forma de tesouro preenche esta condição. As reservas entesouradas servem de canais do mesmo adutores e de derivação do dinheiro circulante, o qual, por isso, nunca transborda os canais do seu curso".⁵²

A questão do entesouramento permite a Marx não apenas uma ruturadical com a teoria quantitativa da moeda. Permite-lhe ademais fazer derivar da própria natureza do dinheiro a possibilidade da crise em qualquer economia monetária, já que a interrupção do processo de metamorfoses opostas entre dinheiro e mercadoria, e a consequente formação de depósitos de tesouro em vários pontos da

51. Idem Livro 1, p. 97.

52. Idem p. 148.

circulação, traz consigo a eventualidade da insuficiência de demanda por mercadorias produzidas. Esta possibilidade está inscrita na própria natureza do dinheiro, pois a terceira determinação do dinheiro está indissolúvelmente ligada às outras duas. É de sua condição de equivalente geral que resulta a possibilidade de ser acumulado como tesouro. "O desejo de entesourar é por natureza insaciável. Do ponto de vista da qualidade ou da forma, o dinheiro não conhece fronteiras: é o representante universal da riqueza material, pois conversível em qualquer mercadoria. Mas qualquer porção real de dinheiro é quantitativamente limitada, sendo meio de compra de eficácia restrita. Essa contradição entre a limitação quantitativa e o aspecto qualitativo sem limites impulsiona permanentemente o entesourador para o trabalho de Sísifo da acumulação".⁵³

Esta observação de Marx nos permite dar mais um passo, ao se considerar que "no dinheiro desaparecem todas as diferenças qualitativas das mercadorias, e o dinheiro, nivelador radical, apaga todas as distinções. Mas o próprio dinheiro é mercadoria, um objeto externo, suscetível de tornar-se propriedade privada de qualquer indivíduo. Assim, o poder social torna-se o poder privado de particulares".⁵⁴ Com isso, reabre-se, desde as primeiras páginas de O Capital, um espaço especificamente político porque fundado em relações de propriedade e de poder nas quais se definem as contradições capitalistas. A operação que Marx desenvolve em relação a mercantilistas e clássicos é, com o perdão da palavra, uma superação dialética (ã maior em que incorpora o próprio objeto negado). "Depois de ter aparecido essa terceira determinação, o dinheiro não pode mais ser apresentado como uma máquina de troca, um engenho que faz circular as riquezas. Ele é o objeto da ânsia de enriquecimento, a fonte da relação de propriedade. Por causa desse seu terceiro aspecto, Marx reatribuiu significado aos grandes teóricos do mercantilismo ..., embora reconheça o fetichismo deles".⁵⁵

53. Idem, p. 147.

54. Idem, pp. 146/7.

55. BADALONI, N.: "Marx e a busca da liberdade comunista", pp. 218/19 in HOBSBAWM, E.J., História do Marxismo, v. 1, Ed. Paz e Terra, RJ, 1983.

PONTO FINAL

Este texto vem aparentemente tratando de muitas coisas: da formação e evolução do pensamento de Marx até alguns pontos específicos de seu pensamento já constituído, da pertinência da noção de corte epistemológico em Althusser até a idéia de continuidade de-rutura entre a obra de Marx e a de seus antecessores, Ricardoem particular. Sobre o caleidoscópio de temas, no entanto, é visível a linha central. O percurso teórico de Marx, da filosófica clássica alemã à crítica da economia política, é marcado por uma linha de coerência temática e por sucessivas rupturas através das quais procura se livrar da ciência dominante em sua época. A tentativa de unificar a crítica ao hegelianismo à crítica da economia política é preocupação presente desde os Manuscritos ... e consagra o esforço de fazer convergir os dois filões de seu trabalho, qual sejam a denúncia da moral burguesa e a apreensão do movimento do capitalismo em seu fundamento. Este duplo movimento chega ao seu ápice em O Capital e é justamente no tema do dinheiro que esta unidade é alcançada. Destarte, a teoria monetária de Marx não é apenas oposição à teoria quantitativa de fundo ricardiano, não é apenas a superação e a distinção que o separa da economia política clássica, não é apenas a descoberta do papel ativo da moeda e do caráter inelutavelmente monetário das relações econômicas capitalistas — embora estes sejam aspectos decisivos de sua teoria. É também a apresentação do dinheiro como instrumento de poder e de dominação social — resgatando a visão mercantilista, já desreificada — e também como a porta pela qual se introduz a política no mundo das relações econômicas.

Em uma primeira instância (Livro 1), em um universo de relações mercantis ainda despidas de seus traços especificamente capitalistas, é o entesouramento que joga o papel retor neste movimento. Este papel de tesouro é reafirmado em um segundo movimento (Livro 2), quando Marx trata do financiamento da produção capitalista sustentam a reprodução ampliada do capital. O papel do entesouramento nas relações especificamente capitalistas — o que implica a existência do crédito — é finalmente iluminado (Livro 3) quando se constata sua redução às reservas do sistema bancário. O crédito passa assim a ocupar o papel central, mas, pela sua própria natureza, pela necessidade de uma regulação que é externa ao

jogo das forças puramente econômicas, mantém aberta a porta pela qual a política fora introduzida.

Desconhecer esta démarche específica de Marx significa permanecer prisioneiro de um mundo fetichizado, em que oposições (kantianas) entre dinheiro e mercadoria, política e economia, impedem de se jogar a luz sobre a verdadeira natureza das relações sociais e o movimento pelo qual se desdobram. Significa desconhecer a dimensão libertária que permeia O Capital. Significa, em particular, desconhecer a possibilidade de construção de "um novo tipo de produtor (o indivíduo social) capaz de pôr, 'as condições de livre desenvolvimento e do livre movimento dos indivíduos' sob seu controle. Marx não chega a essa hipótese sobre bases filosóficas, nem sobre bases econômico-políticas, mas sim orientando a ciência econômica para uma hipótese transformadora e inventivando a ver com olhos desencantados um presente no qual os resíduos de violência e de barbárie a superar ainda operam dentro de um sistema de vínculos compatíveis com ele, cuja racionalidade, portanto, também deve ser radicalmente transformada".⁵⁶

56. Idem, pp. 260/1.